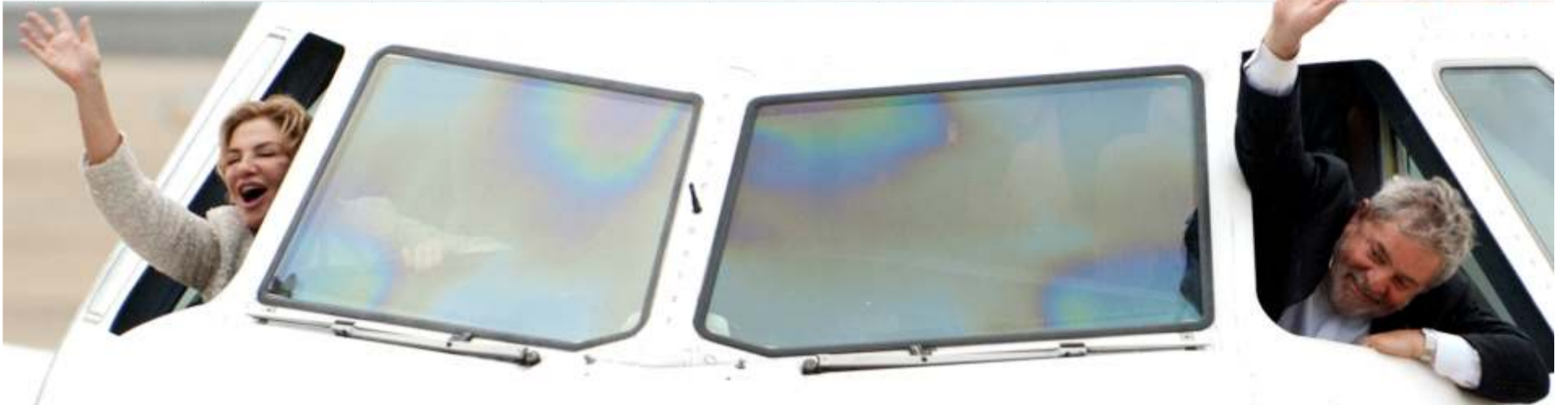


SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



O Brasil que o povo quer!



A primeira mulher a assumir a presidência da República herda uma composição governamental com outros partidos que já lhe deu oportunidade de mostrar seu pulso forte, dando a linha de um governo de independente.

Dilma Rousseff já precisou apagar incêndio lascado por caçadores de cargos dentro do poder e fala em rigor e eficiência da máquina pública.

A presidenta promete continuar a obra de Lula e colocar um ponto final na miséria absoluta em nosso País. **Página 4**

PAC pela erradicação da miséria extrema

O novo PAC anunciado por Dilma precisa muito mais do que programas de socorro familiar emergencial. Será necessário um compromisso da sociedade. A miséria não passa apenas pelo estômago, mas pela política e pelos ingredientes que formam a cidadania O governo já entendeu isto e investe na descentralização de investimento para o Norte e Nordeste. **Página 2**

Campanha salarial 2011 começará mais cedo

O SINDÁGUA começará em fevereiro todos os preparativos para iniciar a campanha para o Acordo Coletivo 2011. Pretendemos realizar as assembleias em todo o Estado entre fevereiro e março, de forma a encaminhar a pauta de reivindicações da categoria à empresa com, pelo menos, 30 dias de antecedência da data-base de 1º de maio.

Toda a direção do sindicato será reunida na virada deste mês, para que

receba as instruções de realização das assembleias que levantarão as demandas dos trabalhadores tanto para a pauta de reivindicações quanto para levantar todas as situações do ambiente de trabalho em cada localidade. Colocaremos também na página do SINDÁGUA, na internet, um link para que os trabalhadores encaminhem suas reivindicações, apontem eventuais problemas e soluções.

PREVIMINAS: TRANSPARÊNCIA ZERO!

A Previminas continua sendo encarada pelos trabalhadores como uma verdadeira "caixa preta" e séria ameaça. Concluída a migração de planos, ninguém tem conhecimento dos

números dos patrimônios, dos valores saldados, dos extratos das contas CD e continuamos a "pagar o pato" pelo alto custo administrativo.

Página 3



Trabalhadores nos conselhos das estatais

Pouco antes de deixar o governo, o presidente Lula sancionou uma lei de para dar transparência à administração de empresas que prestam serviços públicos. Através da Lei 12.353, de 28/dez/2010, fica regulamentada a participação dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social.

Os representantes dos trabalhadores, que devem cumprir todas as exigências previstas em lei e pelo estatuto das empresas para assumir o cargo, serão eleitos pelo voto direto da categoria representada.



A nova lei se aplica a empresas com mais de 200 empregados e permite a criação de novos postos no conselho para garantir ao acionista majoritário a supremacia no número de representantes no Conselho de Administração. Os estatutos das empresas devem ser modificados para prever a eleição do representante

dos trabalhadores nos conselhos de administração.

Espera-se que os governos estaduais implementem a mesma medida, fazendo com que as empresas públicas que prestam serviços essenciais sejam administradas de forma transparente, dentro do espírito de governança corporativa que tanto gostam de falar.

Problemas da categoria são mantidos por comissões mortas em gavetas

É lugar comum nos meios políticos a frase “se não quer resolver nada, crie uma comissão para discutir o assunto”. Isto infelizmente aconteceu na Copasa durante a passagem do ditador que agiu como um canibal para a estrutura interna da empresa.

Nada funcionar era a meta. Fez de tudo para que nada pudesse ser resolvido. Para isto, criou comissões de estudo de todos os assuntos reclamados pelos trabalhadores, impondo em todas

elas seus próprios representantes para não resolverem coisa nenhuma.

Os representantes legítimos da categoria, indicados pelo sindicato ou pelos próprios trabalhadores, foram barrados. Hoje continuamos com os mesmos problemas crônicos no atrasado e total falta de transparência de um Plano de Cargos e Salários, nas absurdas cobranças e punições para dirigir veículos, em prejuízos que perduram na assistência à saúde de baixo e alto risco, a falta de condições de trabalho para

leituristas e tantas questões que antes eram resolvidas em comissões mais democráticas em sua composição.

Este é um dos principais males enfrentados pelos trabalhadores que precisam ser revistos pela direção da empresa, que atravessa esta nova transição do governo. Esperamos que não continue sendo necessário o sindicato ingressar sempre na justiça para resolver problemas que podem ser solucionados com simplicidade e desprendimento.

Não à miséria

José Maria dos Santos



O Brasil seguirá o seu caminho para uma sociedade mais justa. O anunciado PAC para erradicar a miséria extrema será implementado não apenas pelo socorro emergencial, mas sobretudo para oferecer condições reais de inserção dos mais pobres em oportunidades de trabalho, abrindo perspectivas sociais mais justas pelo trabalho.

As mudanças no mapa de atividades econômicas já são visíveis, com gigantescos investimentos nas regiões Norte e Nordeste do País, redistribuindo as oportunidades «federativas», integrando efetivamente o País.

Para «erradicar a miséria» é necessário a vontade e o empenho de todos nós em apoio a um projeto que enxerga a população sob a ótica social mais humanizada e solidária. A miséria não passa apenas pelo estômago, mas pela política e pelos ingredientes que formam a cidadania. Este não pode ser um projeto apenas da presidenta Dilma Rousseff, mas de todos os brasileiros que desejam o direito de comer, de vestir, estudar e viver com saúde a todos os cidadãos, do mesmo jeito que nivelamos as oportunidades para todos os irmãos nas famílias em que assumimos a responsabilidade de prover.

Direção da Copasa fecha olhos para riscos

Apesar do empenho do Sindicato em cobrar da Copasa a reparação da caótica situação em que trabalhadores afastados por problemas de saúde foram jogados, a direção da empresa demora perigosamente em uma resposta positiva para garantir o auxílio doença, como fora previsto no acordo coletivo 2010, para garantir o mesmo direito após o saldamento dos planos da Previminas.

Grande número de trabalhadores manifestam seu descontentamento com a Previminas e com a Copasa, se sentindo enganados para migrarem de plano. Muitos companheiros já estão desassistidos, prejudicados pela demora da empresa em viabilizar a assinatura de um acordo nos moldes prometidos nas negociações do acordo coletivo 2010.

O SINDÁGUA insiste que a empresa cumpra o acordado e procura agendar encontro com o governador Antônio Anastasia para expor os graves problemas enfrentados pelos trabalhadores.

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

Presidente: José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Diagramação:** Luiz Carlos Nicolau - **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Gráfica do Gaúcho

Rua Congonhas, 518 - Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224 CEP: 30330-100
www.sindagua.com.br e-mail: sindagua@sindagua.com.br - Jornal SINDÁGUA comunicacao@sindagua.com.br

A Previminas nos caminhos da Fundasemg

A Previminas foi, ao longo dos anos, sempre uma grande preocupação para os trabalhadores participantes. Afinal de contas fomos parar lá por causa de uma gestão desastrosa que levou a antiga Fundasemg para um pantanoso volume de escândalos. Levar a carteira recheada com nossas contribuições e da Copasa para a Previminas significava engordar significativamente o patrimônio da nova fundação, que tinha outras empresas do Estado como patrocinadoras e seus participantes. Ir para a Previminas significava, em primeira instância, que, diante de tantas empresas, esta fundação seria mais fiscalizada, para que as tramóias fossem banidas.

Infelizmente, no entanto, a Previminas foi marcada pelos mesmos vícios históricos que vitimaram a Fundasemg. O pior deles foi sempre a utilização da direção da Fundação como cabide de emprego, colocando-a sob a direção de gente que não tinha compromisso com os participantes e com nenhuma das patrocinadoras, cumprindo um papel fascinante de administrar um cofre abarrotado com nossas sofridas contribuições arrancadas de nossos salários. Os erros destes ocupantes designados politicamente pelos vários governos que passaram no Palácio da Liberdade foram extensamente enumerados recentemente pelos atuários envolvidos na explicação das ameaçadoras condições financeiras da Previminas para honrar os compromissos de longo prazo com os participantes.

Os horripilantes e sequenciados reajustes nas contribuições levaram os participantes a uma

situação de pânico, nos obrigando enfrentar os descalabros de ex-presidente da Copasa, que justificava a trágica situação atuarial da Fundação porque a instituição era obrigada a pagar auxílios-doença para assistidos.

A ameaçadora situação enfrentada para impedir severos prejuízos em nossos direitos foi ainda avolumada com as posturas tomadas pelo ex-gestor da Copasa, ávido em autorizar uma sequência de os reajustes escandalosos nas contribuições (dois reajustes de 37% e outro de 20,84%). Veio a explosão nos valores das contribuições. Os reajustes passaram a comprometer seriamente os salários. Levou os trabalhadores ao desespero e muitos se viram obrigados a se desligarem da Previminas.

Foi necessário os trabalhadores participantes se unirem, criarem um instrumento de defesa (Grupo Complementação), integrando sindicatos (SINDÁGUA, Saemg e Saenge), a Acoprev, a Anapar e uma comissão de mulheres que se levantaram na luta pela redução da idade para usufruírem da aposentadoria complementar. A partir daí ações foram ingressadas na Justiça, contestados reajustes e formas de cálculos nos modelos atuariais. Obtivemos decisões expressivas, como a vitória contra a CP que penalizava trabalhadores da Copasa aos 58 anos de idade. Foi contratado escritório jurídico especializados em questões previdenciárias, além de técnico em



atuário para subsidiar os estudos e negociações com a Previminas, o Governo do Estado e a Copasa.

Várias iniciativas perversas aos direitos dos trabalhadores foram impedidas e processos

ainda tramitam na justiça para reparar prejuízos sofridos. Livres do gestor forasteiro na Copasa, abrimos espaço com a presidência do Conselho de

Administração da Copasa e com o próprio governo do Estado, para que as mudanças programadas para a Fundação fossem mais abertas à participação de todos os trabalhadores que contribuem há anos para formar seu fundo previdenciário.

Consideramos que o processo de migração dos planos deveria ser ainda mais discutido com os participantes, nos dando também a opção do plano de Contribuição Variável (CV), como aconteceu em tantas empresas, como a Cemig.

Está claro que a Previminas continua a ser um fator de necessidade e permanente mobilização dos trabalhadores participantes e das empresas patrocinadoras, para que administradores que tenham apenas a indicação política não retornem à instituição e causar os estragos como os que tentamos consertar.

Revolta de trabalhadores após a mudança de plano

A situação de insegurança e desconfiança dos participantes da Previminas continua crescente com o não cumprimento de uma série de medidas esperadas da instituição e surpresas desagradáveis nos últimos contracheques.

Após a mudança do plano com o saldamento, os participantes tanto da ativa quanto assistidos ainda são penalizados. Muitos companheiros tiveram o valor de suas complementações drasticamente reduzido, chegando até a 25% em alguns casos.

Uma série de informações não passadas pela Fundação conserva a pouca transparência e algumas perguntas são feitas com frequência pelos participantes: Onde estão os extratos das contas do CD? Qual o valor da taxa de administração? Quais as medidas para a redução deste custo? Onde está o Conselho Consultivo e a nova representação proporcional no conselho?

A forma como todas estas questões são tratadas leva os participantes ao temor de que os erros crônicos não foram corrigidos e sejamos chamados para maiores sacrifícios. Parece que nada mudou e em breve poderemos ser novamente surpreendidos com medidas de "choque" sem consultas aos participantes.

Copasa não move uma gota para acabar com a terceirização

O empenho do SINDÁGUA e do Ministério Público do Trabalho para impedir a terceirização irregular dentro da Copasa continua esbarrando nas decisões da direção da empresa para nada mudar e de enfrentar as sentenças judiciais em contrário

A empresa aplicou todo o esforço e conseguiu suspender a liminar que a impedia de terceirizar áreas fins de sua atividade, onde o juiz afirmava categoricamente setores que não poderiam ser "sub-locados", enumerados desde a adução até a chegada da água para consumo. A justiça determinou a suspensão de todos os

contratos, mas também que, doravante, todos aqueles possíveis deveriam ser realizados mediante concurso público. O argumento claro da Justiça afirmava que a Copasa fora constituída para executar os seus serviços fins e não como administradora de contratos de empresas terceiras para executar o que era de sua própria responsabilidade.

Com a "cassação" da liminar fica claro ainda que não poderiam ser imediatamente praticados o que teria sido condenado, pois o mérito não fora examinado e a empresa pode estar incorrendo em medida de força

para garantir o que foi declarado irregular. Além de contrariar a decisão alcançada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) através da liminar, a empresa continua fazendo exigências dobradas aos trabalhadores, forçando-os a horas-extras e caracterizando grotescamente o retrabalho por falta de qualificação das prestadoras contratadas.

Tanto o Sindicato quanto o MPT devem apresentar recurso, tanto proteger os trabalhadores, sacrificados com excesso de trabalho e falta de reposição de mão de obra, quanto para defender a qualidade dos servi-

ços prestados à comunidade. Nada temos contra os trabalhadores nas empresas terceirizadas. Ao contrário, queremos impedir que sejam explorados sem as mesmas condições de trabalho e de direitos que conquistamos para a categoria através dos acordos coletivos. Lutamos pelos direitos dos trabalhadores e qualidade do serviço essencial que prestamos, chamando a atenção tanto da direção da empresa quanto do governo do Estado para a responsabilidade com a saúde pública prescrita pela Constituição Federal e de Minas Gerais.

O Brasil veste saia!

Quando o povo brasileiro decidiu eleger Dilma Rousseff presidenta, tinha em mente um propósito claro: dar continuidade e avançar no modelo sócio-econômico do governo Lula. Por mais que a direita tentasse emplacar o incansável derrotado tucano, os escândalos nos jornais e na televisão conseguiram apenas atrasar uma vitória programada pelos "mais pobres" para o primeiro turno eleitoral.

Este clima de continuidade deu à posse um clima familiar de despedida como uma espécie de "até a volta!" Dilma assumiu a presidência da República numa solenidade que mesclava a alegria de uma festa e a tristeza pela saída de Lula. Em suas capas as principais revistas estamparam referência ao mito, numa iniciativa que tenta jogar para o arquivo a liderança que o povo pode querer resuscitar em eleição próxima.

Da mesma forma de Lula, os brasileiros não precisam esperar que Dilma administre o País como se tivesse chegado à presidência por uma revolução. Ao con-



trário, a composição política para garantir a "governabilidade" tem espécimes políticas acostumadas ao uso do cachimbo do poder desde priscas eras, remanescentes da ditadura, e que conhecem todas as brechas para envenenar a administração, se as barganhas forem dificultadas. A briga pelos cargos de segundo e terceiro escalões demonstra bem a importância de colocar seus pares na máquina pública. Como Lula, Dilma poderá

ampliar os direitos sociais, por um modelo econômico menos draconiano e que



privilegie a produção. Não se espere, devemos reafirmar, que venha pelo menos arranhar o *status quo* político, que continua a engordar caquéticas raposas, como sarneys, lobões, renans e outros sobreviventes das trevas.

Exigir que Dilma apresente novidades no início de seu governo, até mesmo por ser mulher, não passa de ingrediente para deitar sobre o povo um princípio de desestímulo e de críticas nas colunas jornalísticas. Pode-se efetivamente esperar que a presidenta honre seu compromisso com política sócio-econômica para um País mais justo, garantindo a mesma

eleições gerais, evitando que políticos fiquem pulando de galho em galho, sem cumprir mandatos, como fazia o próprio opositor derrotado por Dilma, que não concluía nenhum mandato para sempre estar disputando algo melhor.

Para alcançar esta conquista não dependemos apenas da presidência da República. A pressão sobre os políticos é vital, construindo quadros públicos para acompanhar suas atividades e cobrando posicionamentos de interesse do povo, como aconteceu em eventos como a *diretas-já* e no impeachment de Collor.

Temos uma mudança extraordinária. O País elegeu a primeira mulher para a presidência. Para se orgulhar dela e colher os frutos que exigimos, precisamos começar esta revolução conosco mesmos.

transparência do antecessor na liberdade para investigação e denúncias contra a corrupção, além de proteger a atividade produtiva e uma situação que possa caminhar para o pleno emprego.

Mudanças na estrutura política são fundamentais, como acabar com estas eleições de dois em dois anos, fazendo coincidir

"Superação política"

Como acontece em todo início de governo que precisa compor instrumentos de governabilidade no Congresso, na primeira semana após a posse a presidenta Dilma Rousseff já demonstrou seu pulso firme e de que não ficaria mercê de pressões para distribuir cargos. Avisou que os segundo e terceiro escalões seriam definidos após a eleição das mesas do Congresso, na Câmara Federal e Senado. As articulações foram todas abafadas, de forma que o governo planeje suas ações sem ter a faca no peito.

